



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

19 de setembro de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 19 / 09 / 2017	Página 05	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

POR TRÊS ANOS.....

Ex-prefeita tem direitos políticos suspensos

A juíza Gláucia Helen Maia de Almeida (comarca de Presidente Dutra) condenou a ex-prefeita de Presidente Dutra, Irene de Oliveira Soares, às penalidades de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três anos; pagamento de sanção civil equivalente a dez vezes o valor da remuneração percebida quando exerceu o cargo, em 2005; e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de três anos.

A condenação resultou da Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público estadual, contra a ex-prefeita, em razão de contratação irregular de 18 servidores públicos, em detrimento da realização de concurso público.

Segundo a denúncia, a Justiça do Trabalho informou que a ex-prefeita, no período com-

preendido entre janeiro/2005 a dezembro/2012, quando era gestora municipal, efetuou a contratação de servidores para ocuparem cargos efetivos, criados por lei, sem prévio concurso público, contrariando o artigo 37, II, da Constituição da República.

A ré se manifestou no processo pedindo a improcedência do pedido, sob a alegação que uma "Lei Municipal autoriza a contratação para atender a necessidade temporária e excepcional de interesse público e ausência de dolo na conduta" e que teria tentado junto à Câmara Municipal obter autorização para criar vagas no quadro de pessoal do Município, sem conseguir aprovação dessa proposta.

Concurso

Em seu depoimento, ela confirmou a contratação das

18 pessoas, mas explicou que teve de contratar servidores em 2005 por questão de emergência nas áreas da saúde, educação e limpeza. Que realizou um concurso público no ano de 2011, mas não conseguiu suprir todas as vagas. E que teria ficado impossibilitada de chamar os aprovados pelo fato de a data coincidir com ano eleitoral.

Com base no depoimento das testemunhas, a juíza constatou que as contratações irregulares dos servidores, para ocupação de cargos administrativos, exclusivos de servidores efetivos não foram suficientes para comprovação de prejuízo ao erário, tendo em vista que os ex-servidores, exerciam, efetivamente, as funções previstas para o cargo que ocupavam, conforme ficou comprovado nos autos. Nesse caso, é incabível o ressarcimento de valores. Incabível, ainda, a per-

da da função pública, já que o mandato foi extinto.

No entanto, concluiu, diante das provas juntadas aos autos, que muito embora tenha sido realizado concurso para preenchimento de cargos, o Município continuou a promover o ingresso de servidores sem prévia aprovação em concurso público, não havendo justificativas plausíveis para a não realização do concurso fundamentado na negativa de autorização legislativa, uma vez que, a prefeita tomou posse no ano de 2005, mas somente realizou o concurso no ano de 2011.

"Além disso, o número de vagas ofertadas no concurso estava aquém das necessidades da municipalidade, o que se constatou, facilmente, pela existência de servidores contratados irregularmente exercendo funções referentes aos cargos lançados no edital do certame", afirmou a magistrada.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Hora Extra</i>
DATA <i>19/09/2017</i>	Página <i>05</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

MPMA promove audiência de orientação ao terceiro setor

Na manhã de sexta-feira, 15, a 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Fundações e Entidades de Interesse Social promoveu, no auditório do Centro de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão, a audiência “Ministério Público pelo Autodesenvolvimento Comunitário”. O evento teve o objetivo de prestar orientações para o funcionamento legal e regular de associações e fundações.

A audiência foi direcionada, principalmente, para as entidades que atuam na área Itaqui-Bacanga e que mantêm escolas comunitárias. Além de membros e servidores do MPMA, estiveram presentes gestores e integrantes de associações e fundações.

Idealizadora da audiência, a promotora de justiça Doracy Moreira Reis ressaltou que a finalidade principal da mesa de diálogos foi passar orientações sobre os documentos necessários para a legalização das entidades e a respeito da obrigação de prestar contas corretamente. “Nós estamos

aqui para que vocês alcancem um resultado de excelência na área do terceiro setor. Vocês têm que se movimentar e superar as adversidades, alcançando o ideal da associação ou fundação”, frisou a representante do MPMA.

O promotor de justiça de Defesa da Educação de São Luís, Paulo Avelar Silva, lembrou que as escolas comunitárias, mantidas por entidades, são fundamentais para o suprimento da demanda por vagas na rede pública de ensino, que, muitas vezes, não consegue ofertar o número necessário. “Nós estamos aqui para ajudar na superação das dificuldades, explicar os mecanismos para solucionar os problemas”, disse.

A presidente da Federação das Uniões de Moradores de Bairros e entidades similares do Maranhão (Fumbesma), Aldeci Ribeiro Cantanhede, ressaltou que o Ministério Público, além de órgão fiscalizador, é uma instituição parceira do terceiro setor. “Se a gente fizer tudo dentro

da legalidade, a Promotoria vai nos ajudar a melhorar o desenvolvimento do nosso trabalho”.

Já o presidente do Conselho Tutelar da área Itaqui-Bacanga, Luziano de Moraes, agradeceu a iniciativa do Ministério Público do Maranhão (MPMA) e o diálogo com as entidades para garantir o funcionamento das escolas comunitárias. “As crianças têm direito à educação, saúde, lazer e segurança”, completou.

Também se manifestou no evento a representante do Conselho Estadual de Educação, Régina Maria Galeno e alunos da Escola Comunitária Nossa Senhora da Guia, da Vila Embratel, apresentaram um número musical para os presentes.

LEGALIDADE - Em seguida, foi a vez dos analistas do MPMA Hugo Pereira Lima e João Batista Filho discorrerem sobre assuntos como conceito de terceiro setor; o Ministério Público enquanto órgão de controle e fiscalização e as normas aplicáveis às

entidades. Sobre o terceiro setor, Hugo Pereira informou que são ações sociais promovidas por instituições financeiras de caráter não-lucrativo, para suprir lacunas deixadas pelo Estado. “Quando o Estado deixa de prestar assistência, o terceiro setor surge para suprir as demandas”.

Ele também acrescentou que as entidades do terceiro setor podem ser associações e fundações, que se diferem na forma como são constituídas. “Toda associação é constituída por pessoas. Já as fundações necessitam de um patrimônio prévio”, completou. Outra diferença é que a finalidade das associações pode ser alterada, já a das fundações é perene.

Também foi relatado que o Ministério Público do Maranhão tem o dever de fiscalizar as entidades para emitir o atestado de existência e regular funcionamento. É necessário que a associação ou fundação esteja com documentos jurídicos, fiscais e contábeis regularizados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros Estado
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 19 / 09 / 2017	Página 06	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Ex-prefeita de Presidente Dutra é condenada por contratação de servidores sem concurso

A juíza Gláucia Helen Maia de Almeida (comarca de Presidente Dutra) condenou a ex-prefeita de Presidente Dutra, Irene de Oliveira Soares, às penalidades de suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três anos; pagamento de sanção civil equivalente a dez vezes o valor da remuneração percebida quando exerceu o cargo, em 2005, e à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, pelo prazo de três anos.

A condenação resultou da Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público estadual, contra a ex-prefeita, em razão de contratação irregular de dezoito servidores públicos, em detrimento da realização de concurso público.

Segundo a denúncia, a Justiça do Trabalho informou que a ex-prefeita, no período compreendido entre janeiro/2005 a dezembro/2012, quando era gestora municipal, efetuou a contratação de servidores para ocuparem cargos efetivos, criados por lei, sem prévio concurso público, contrariando o artigo 37, II, da Constituição da República.

A ré se manifestou no processo pedindo a improcedência do pedido, sob a alegação que uma "Lei Municipal autoriza a contratação para atender a necessidade temporária e excepcional de interesse público e ausência de dolo na conduta" e que teria tentado junto à Câmara Municipal obter autorização para criar vagas no quadro de pessoal do Município, sem conseguir aprovação dessa proposta.

CONCURSO

Em seu depoimento, ela confirmou a contratação das 18 pessoas, mas explicou que teve de contratar servidores em 2005 por questão de emergência nas áreas da saúde, educação e limpeza. Que realizou um concurso público no ano de 2011, mas não conseguiu suprir todas as vagas. E que teria ficado impossibilitada de chamar os aprovados pelo fato de a data coincidir com ano eleitoral.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>11</i> / 09 / 2017	Página <i>06</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

São Vicente Férrer MPMA solicita construção de estrutura de escoamento pluvial em rua do município

Em Ação Civil Pública de obrigação de fazer, proposta no dia 11 de setembro, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) solicitou a construção, no prazo de 72 horas, de galeria para o escoamento de água pluvial na Rua Principal do bairro Rita de Cássia, no município de São Vicente Férrer. Formulou a manifestação ministerial a promotora de justiça Alessandra Darub Alves.

Em caso de descumprimento, foi requerida a fixação de multa diária, a ser paga pela prefeitura do município, no valor de R\$ 5 mil. O Ministério Público tomou conhecimento do problema, após representação de moradores, relatando a falta de infraestrutura da rua. Foi apontado que, no período chuvoso, a água fica acumulada e retém barro na via, o que a torna escorregadia, ocasionando acidentes com

pedestres e motos. A ausência de bueiro também provoca o acúmulo de lixo, atraindo porcos, ratos e baratas, constituindo perigo para a saúde pública. Como o próprio nome indica, a rua é a principal do bairro, sendo utilizada diariamente por carros, motos, carroças e pedestres. Antes de propor a ação, a promotora de justiça Alessandra Darub encaminhou ofício à Prefeitura de São Vicente Férrer cobrando a adoção de medidas para a solução do problema. O Município chegou a responder que corrigiria definitivamente a estrutura da rua. No entanto, moradores afirmaram que a Prefeitura não adotou qualquer providência em relação à questão.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Atos, Fatos e Barcos</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>19</i> / 09 / 2017	Página <i>02</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Desce

A ex-prefeita de Presidente Dutra, Irene de Oliveira Soares, foi condenada pela Justiça por atos de improbidade administrativa. A condenação resultou da Ação Civil Pública em razão de contratação irregular de dezoito servidores, em detrimento da realização de concurso público.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 19 / 09 / 2017	Página 03		

Justiça Federal quebra sigilo e bloqueia bens de Ricardo Murad no caso da Saúde

ARQUIVO

A Justiça Federal determinou o bloqueio de bens e a quebra do sigilo bancário do ex-secretário de Saúde Ricardo Murad por supostas contratações irregulares feitas entre 2009 e 2014, durante o governo Roseana Sarney. Murad e cerca de outras 20 pessoas tiveram mais de R\$ 24 milhões bloqueados pelo juiz José Carlos do Vale Madeira, que acatou duas ações civis por improbidade feitas pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) do Maranhão. A quebra do sigilo bancário dos acusados se refere ao período em que os contratos foram celebrados. Como havia recursos da União no caso, o Ministério Público Federal também fez parte da ação contra Murad. Os contratos se referem a reforma e serviços que deveriam ter sido feitos no PAM Diamante, em São Luís. O valor dos contratos era de quase R\$ 14 milhões. O valor

bloqueado de Murad e outros acusados foi maior que esse montante por causa das multas previstas na lei sobre licitação pública, explicou a PGE. A PGE entrou com as ações após uma auditoria mostrar uma série de irregularidades envolvendo Murad e as empresas Lastro Engenharia e Engetech Construtora. A auditoria verificou que houve crimes como superfaturamento, cobrança dupla pelo mesmo serviço, dispensa irregular de licitação, contratação direta sem projeto básico e irregularidades em pagamentos. O juiz determinou a quebra do sigilo e o bloqueio de bens porque, segundo ele, houve licitação irregular, pagamentos ilegais e outros graves problemas. Ele também determinou a entrega, pela Receita Federal, das declarações do Imposto de Renda dos últimos cinco anos de todos os acusados.



Ricardo Murad e outras 20 pessoas tiveram R\$ 24 milhões bloqueados



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros Informe JP
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 19 / 09 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Juiz pistoleiro

O juiz aposentado de Tocantins, Erivelton Cabral Silva – já envolvido em vários casos de confusão – tentou matar o próprio irmão, Elton Cabral, na tarde de domingo (17), em Imperatriz. A cena foi gravada por câmeras de segurança.

O assassinato só não se consumou porque a namorada de Elton, Késsia Carmo, atrapalhou o agressor.

Késsia foi atingida na perna. Erivelton, que disputa a herança da mãe com o irmão, fugiu.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Cadei no 2</i>	
DATA <i>19 / 09 / 2017</i>	Página <i>01</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Em eterna construção

Obra da Biblioteca Central da Ufma está paralisada com previsão para ser retomada apenas em 2018

Serviço foi iniciado em setembro de 2010 e deveria ter sido entregue em aproximadamente três anos

LUCIENE VIEIRA

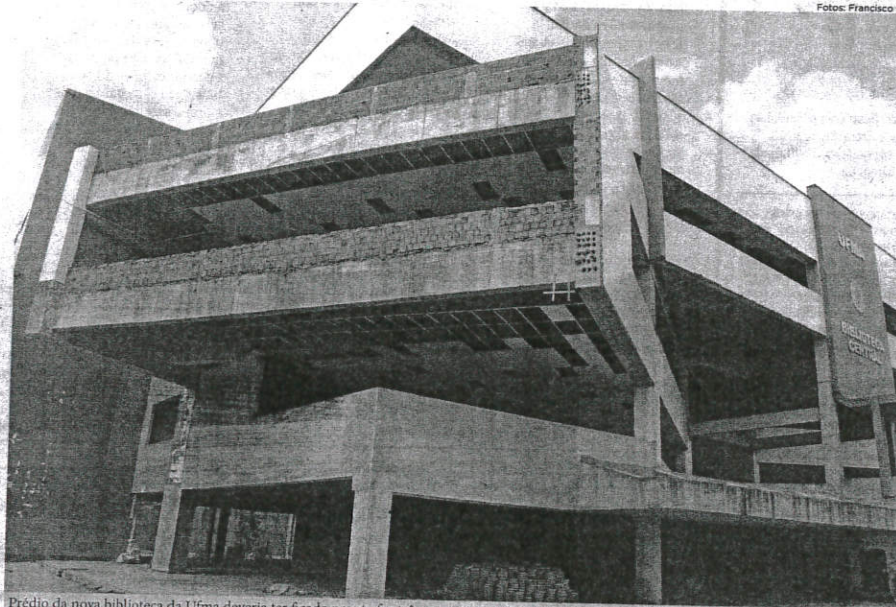
Iniciada há sete anos, a obra do novo prédio que abrigaria a Biblioteca Central da Universidade Federal do Maranhão (Ufma) está paralisada na sua parte estrutural, tendo sido instaladas somente as paredes, além dos pisos e tetos, de cada pavimento. Se pronto, o espaço moderno e digital, conforme divulgado pela Ufma, em seu site, atenderia a demanda acadêmica até as próximas cinco décadas. No entanto, a situação de abandono da obra tem gerado insatisfação de alunos de professores, enquanto um relatório da Controladoria Geral da União (CGU) informa que detalhes da etapa já construída fugiria ao projeto inicial da biblioteca.

O esqueleto da construção é um dos cartões de entrada da Universidade Federal do Maranhão, no Campus do Bacanga, uma vez que a obra está instalada bem próxima à portaria principal da Ufma, sendo percebida até mesmo por quem simplesmente passa na Avenida dos Portugueses.

Conforme apuração feita pelo **Jornal Pequeno**, os serviços no prédio da nova biblioteca teriam sido iniciados em 30 de setembro de 2010, com orçamento inicial superior a R\$ 10 milhões, e prazo de vigência contratual de 36 meses, cerca de três anos. Na manhã de ontem (18), a reportagem do JP esteve no local, e constatou a ausência de operários na obra; apenas materiais de construção civil, como blocos de cimento e fôrros de teto, foram encontrados no imóvel. Restam apenas paredes sem acabamento, e há a ausência de portas, aparelhagens elétricas, hidráulicas e sanitárias, e todos os móveis para que, possivelmente, a biblioteca passasse a funcionar nas novas instalações.

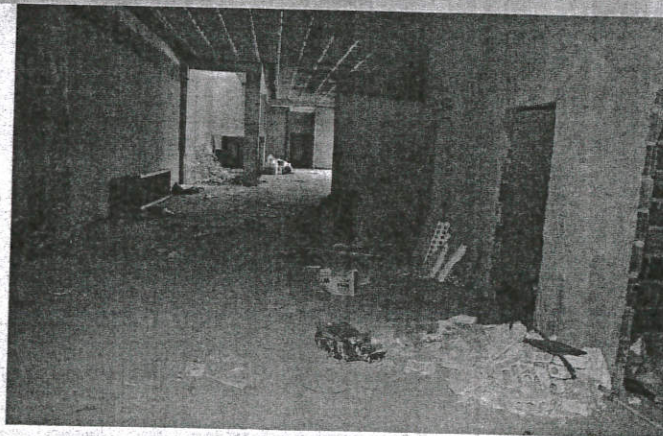
INSATISFAÇÃO

Aquilo que se imaginaria como um benefício para os professores e universitário, provoca insatisfação a esses beneficiários



Prédio da nova biblioteca da Ufma deveria ter ficado pronto faz três anos, mas o que se vê são apenas paredes inacabadas e restos de materiais usados na construção

CEB Velho do Campus da Cidade Universitária. Desde 2008, quando Carla iniciou a primeira graduação – a de Relações Públicas, conforme a universitária, sempre achou “apertada” a antiga biblioteca, do acervo ao espaço para estudos em grupo ou individual. Referente ao acervo, a estudante considera difícil de achar uma seção específica e o local exato de um livro, resultante da busca no sistema. “Para se ‘achar’ na biblioteca, você tem que entender o ‘linguajar de bibliotecário’, com siglas e números que os profissionais dessa área estão mais habituados”, expressou. “Eu me formei em 2013, saí da Ufma e vi que o novo prédio da Biblioteca Central não tinha sido concluído, o que me gerou certa frustração por não ter podido usufruir dela. E passaram-se



Fotos: Francisco Silva

Bacanga, referente à recuperação da malha viária, construção do Centro Pedagógico Paulo Freire e do Centro de Convenções, além do edifício da Biblioteca Central. No que se trata ao novo espaço físico destinado a abrigar livros a fim de ser consultado pelo público da Ufma, o relatório apontaria falhas na elaboração do projeto estrutural. Conforme o documento, houve ruptura da cabeceira de duas vigas, no momento do tensionamento dos cabos de proteção. Em agosto de 2012, a empresa Lajes, que é a responsável pela obra, teria encaminhado ofício solicitando um aditivo de serviços ao contrato, no valor de R\$ 2.485.576,33, para substituição de lajes e vigas do tipo pré-moldadas.

Haveria ainda, de acordo com o documento da Controladoria, outros serviços não previstos na planilha orçamentária. O relatório diz que “as análises das modificações do projeto estrutural permitiu identificar superfaturamento por quantidade e superestimativa de quantitativos em alguns dos serviços aditivados”.

O documento teria sido entregue à Ufma há uma semana, com o objetivo de que a universidade tomasse as devidas providências.

OUTRO LADO

A Universidade Federal do Maranhão, por meio de nota, informou que a obra da nova Biblioteca Central se encontra paralisada devido “inexecução total do objeto pela Lajes Engenharia e Construção Ltda”. De acordo com a Ufma, “o contrato encontra-se extinto e a empresa Lajes foi multada e impedida de licitar com a administração da Universidade que, também destaca estar em fase de conclusão um novo orçamento para complementação da obra”.

Ainda conforme a nota da Ufma, “a abertura de licitação tem previsão para janeiro de 2018, entretanto, condicionada à aprovação do respectivo valor do orçamento pelo governo.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	19 / 09 / 2017	Página	02
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MPF questiona novo trecho da Avenida Litorânea

Licenciamento ambiental do prolongamento contém vícios e não dispõe de EIA/RIMA, diz representação

A falta de licenciamento ambiental regular das obras de prolongamento da Avenida Litorânea levou o Ministério Público Federal a propor ação civil pública, com pedido de liminar, contra o Estado do Maranhão. A ação inclui ainda o Projeto de Reestruturação da Avenida dos Holandeses e Litorânea com implantação do BRT. O empreendimento localizado em ambiente pós-praia, caracterizado como faixa entremarés e em zona estuarina dos rios Claro e Pimenta, não apresentou prévio licenciamento ambiental necessário.

Foi constatado que o Estado do Maranhão enxertou a obra de Extensão da Litorânea a outro procedimento de licenciamento ambiental diverso e em andamento (ampliação da avenida dos Holandeses MA-203), no qual já foram expedidas licenças ambientais prévias e de instalação, ignorando a necessidade de licenciamento autônomo e completo que atenda à resolução 01/86 Conama.

Essa situação caracteriza grave vício do licenciamento ambiental, pois indica que as particularidades dos impactos ambientais de uma obra em área de praia não foram minimamente avaliados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Como consequência, também não foi exigido Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, de forma que a obra, se realizada sem o estudo e cautela necessários, poderá causar danos ao ecossistema costeiro.

SEM LICENÇA

MPF questionou financiamento

Essa já é a segunda ação que o MPF promoveu contra o Estado do Maranhão em razão do projeto da Litorânea. A primeira questionou a aprovação do contrato de financiamento para a obra, junto à Caixa Econômica Federal, sem a exigência da licença ambiental, o que é requisito para a aprovação dos recursos, conforme a Lei nº 6.938/1981.

Segundo a ação civil pública do MPF, a prática irregular criou uma aparência artificial de licenciamento onde, na verdade, houve descumprimento da lei. "O enxerto realizado burla de forma clara e direta a sistemática do licenciamento ambiental, desconsiderando as fases do processo em que cada aspecto de intervenções ao ecossistema é avaliado e equilibrado", afirmou.

Na ação, o MPF/MA requer a suspensão da realização de obras do empreendimento Extensão da Avenida Litorânea e da admissão do licenciamento da obra "Extensão da Avenida Litorânea" ao procedimento referente à reestruturação da Avenida dos Holandeses. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 19 / 09 / 2017	Página 04	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

São Luís integra projeto nacional de mobilidade urbana

Capital é uma das 10 cidades participantes do projeto MobCidades - Mobilidade, Orçamento e Direitos -, que reúne 10 organizações sociais; audiência pública hoje, em Brasília, marca início

São Luís é uma das 10 cidades brasileiras participantes do projeto MobCidades - Mobilidade, Orçamento e Direitos - até o final de 2019. Promovida pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em parceria com 10 organizações integrantes da Rede Social Brasileira por Cidades Justas, Democráticas e Sustentáveis, a iniciativa visa fortalecer e fomentar a participação popular na gestão da mobilidade urbana, com foco na garantia do direito à cidade e ao transporte.

A audiência pública "Transporte como direito social" marcará o lançamento do projeto em Brasília, hoje, 19, na Câmara dos Deputados. Participam da atividade, que começa às 14h30, o engenheiro e ex-secretário de Transportes de São Paulo (1989-1993) Lúcio Gregori; a professora e ex-secretária Executiva do Ministério das Cidades (2003-2005) Erminia Maricato; a pesquisadora do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), Letícia Bortolon; o pesquisador e representante do Movimento Passe Livre (MPL), Paulo Henrique Santarem, e a educadora e assessora política do Inesc, Cleo Manhães.

O MobCidades é financiado pela União Europeia e contempla os mu-



São Luís será alvo de projeto financiado pela União Europeia

50
organizações devem ser atingidas durante a execução do projeto

10
cidades brasileiras participam do projeto MobCidades - Mobilidade, Orçamento e Direitos

MAIS

Cidades participantes

São Paulo (SP)
Rio de Janeiro (RJ)
Recife (PE)
São Luís (MA)
João Pessoa (PB)
Belo Horizonte
Brasília (DF)
Ilhabela (SP)
Ilhéus (BA)
Piracicaba (SP)

nicipios de Belo Horizonte, Brasília (DF), Ilhabela (SP), Ilhéus (BA), João Pessoa (PB), Piracicaba (SP), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Luís (MA) e São Paulo (SP).

As organizações participantes assumiram o compromisso de multiplicar a Metodologia Orçamento e Direitos, desenvolvida pelo Inesc, com o objetivo de atingir um total de 50 organizações durante a execução do projeto. Em cada cidade, as entidades locais vão promover e articular atividades formativas, de incidência, de comunicação e de monitoramento das respectivas políticas públicas de mobilidade urbana.

Haverá monitoramento de ações

Cleo Manhães, assessora política do Inesc, explica a importância de capacitar as organizações para o monitoramento do orçamento, visando ao combate à corrupção e às ações de incidência em políticas públicas de mobilidade urbana. "Só com participação popular conseguiremos pressionar os órgãos competentes a criarem e implementarem políticas públicas transparentes, capazes de assegurar a efetiva democratização dos espaços públicos", defendeu a assessora. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 19 / 09 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Instituto que apontou vitória de Flávio Dino tem endereço fantasma

Para contrapor pesquisa da Escutec, que apontou derrota do governador comunista, Data Ilha publicou levantamento sem anúncio de que estava coletando dados

O instituto Data Ilha, que no fim de semana divulgou pesquisa apontando vitória do governador Flávio Dino (PCdoB) em primeiro turno, na eleição de 2018, tem sede registrada em endereço onde na verdade está localizado um imóvel residencial. A informação foi revelada na tarde de ontem pelo blog do jornalista Glaucio Ericéira. Ele esteve no local e constatou que a empresa, registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com o nome JM De Nexaas - ME, não funciona onde deveria.

O instituto de pesquisa foi criado no dia 19 de julho de 2016, meses antes das eleições municipais. Segundo o registro, deveria funcionar no apartamento 1.002 de um prédio localizado na Rua das Jaçanãs, na Ponta do Farol, bairro nobre de São Luís. No entanto, no endereço informado no CNPJ, conforme constatou o editor do blog, não existe nenhum prédio e sim uma casa. No local, os vizinhos informaram tratar-se de um imóvel residencial.

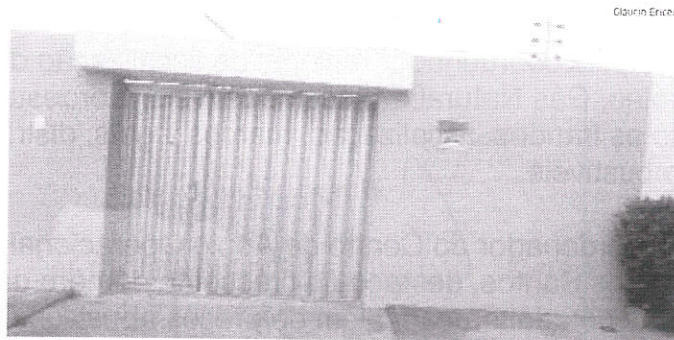
Pelo menos quatro moradores da rua consultados afirmaram não ter conhecimento de que no endereço funcionasse uma empresa de pesquisa de opinião pública. O Estado tentou contato com o número informado no CNPJ, mas não obteve resposta.

Segundo o secretário da Comunicação e Articulação Política, Márcio Jerry (PCdoB), apesar de amplamente divulgado pela mídia ligada ao Palácio dos Leões, o levantamento não foi contratado pelo Executivo. A O Estado, ele disse desconhecer o contratante.

Contra-ataque

A pesquisa Data Ilha foi liberada a setores palacianos da imprensa um dia depois da divulgação de levantamento do Instituto Escutec. Contratada pela Rádio Difusora AM, esta consulta revelou que a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB) segue na frente do governador Flávio Dino, tanto num cenário com vários candidatos, quanto numa simulação de confronto direto.

A consulta avaliou diversos cenários, mediu intenções de votos para presi-



Glaucio Ericéira

A sede informada pelo Data Ilha à Junta Comercial é, na verdade, uma residência na Ponta do Farol

ESCUTEC

Maioria de votos está na oposição

A deputada Andrea Murad (PMDB) usou a tribuna da Assembleia Legislativa para revelar mais um dado da pesquisa Escutec. De acordo com a análise da parlamentar, a maioria dos votos válidos pertence aos candidatos de

oposição ao governador Flávio Dino. "A Escutec aponta os votos válidos no primeiro turno: Roseana Sarney estaria com 44%; Flávio Dino com 39,3%; Roberto Rocha com 10,7%; Maura Jorge com 6%. Ou seja,

a grande maioria do eleitorado, 60,7%, rejeita o governador. De acordo com a pesquisa, Flávio Dino não seria reeleito governador do Maranhão, considerando a péssima gestão que vem fazendo", disse a deputada.

dente e senador, índices de rejeição e avaliou as gestões de prefeitos e do governador do Maranhão, tendo quicido, para isso, 2.020 eleitores entre os dias 5 e 9 de setembro de 2017 em 60 municípios maranhenses. Os dados completos foram disponibilizados à imprensa.

Já a pesquisa usada pelos governistas com o contraponto apresentou apenas um cenário, de suposto segundo turno, entre Flávio Dino e Roseana Sarney, dando ao comunista mais de 20 pontos de dianteira.

Segundo quem publicou os números, o instituto Data Ilha ouviu 2.104 pessoas em 37 cidades de todas as regiões do estado. Ninguém informou o contratante da consulta e os gráficos não foram disponibilizados.

Governo usa pesquisa como estratégia de convencimento

Desde que assumiu o cargo, o governador Flávio Dino (PCdoB) tem repetido o script em relação a pesquisas eleitorais: todas as vezes que um levantamento aponta fragilidade da sua gestão - ou do seu desempenho eleitoral - aliados do Palácio dos Leões divulgam números de pesquisas que apontam o contrário.

Até o início deste ano, o instituto preferido dos governistas era o Exata, que, no entanto, deixou de ser utilizado no mais recente caso.

Apesar disso, a estratégia segue a mesma. Primeiro, veículos aliados publicam os números e os compartilham nas redes. Depois disso, são produzidos banners com a informação da "liderança" do comunista, então novamente repercutidos nas redes sociais.

A partir disso, o próprio governador Flávio Dino faz algum tipo de comentário sobre a pesquisa, normalmente agradecendo "a confiança" dos eleitores. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia <input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>Estado Maior</i>
DATA <i>19 / 09 / 2017</i>	Página <i>03</i>	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Acusando o golpe

A pesquisa Escutec divulgada no fim de semana atingiu o figado do Palácio dos Leões.

A reação aos números, que apontam derrota do governador Flávio Dino (PCdoB), foi uma das mais agressivas da turma que cerca o palácio.

E no auge da revolta, chegaram a inventar uma pesquisa do nada, de um tal "Data Ilha", mostrando Dino à frente.

Do bolso

Tem sido assim nos últimos dois anos, desde que Flávio Dino assumiu o governo: sempre que há uma pesquisa, ele tira do bolso uma outra, sem anúncio prévio.

Até julho, quando a Escutec divulgou seus últimos números, o escolhido para o contraponto era o Instituto Exata, que parece ter cansado de fazer esse papel.

A saída de Flávio Dino, em pleno fim de semana, foi recorrer ao tal Data Ilha, com números exatamente iguais aos que a Exata sempre divulgou.



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 19 / 09 / 2017	Página 04	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Bando é procurado por ataque ao BB em Timon

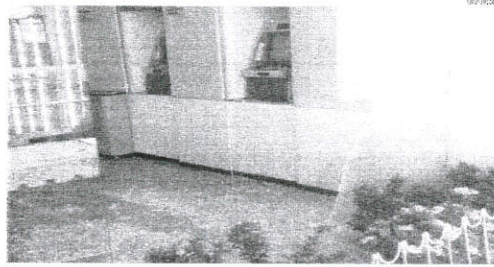
Bandidos quebraram porta de vidro da frente e invadiram a agência, mas não conseguiram explodir os caixas eletrônicos; este ano, 13 agências já foram alvo de ladrões no interior

INMAF RAPHAEL
Do Estúdio de Política

A polícia ainda ontem procurava os apodimentados que tentaram assaltar os caixas eletrônicos em Banco do Brasil, no bairro Jardim Paulista, na cidade de Timon, no domingo (17). Foi um segundo caso em menos de um mês na mesma cidade. No dia 28 de agosto, o alvo foi a Caixa Eletrônica Federal, que teve os sensores expostos, e um mandado de busca que levava à agência, na assessoria de planejamento. Este ano, 13 agências em assaltos, explosões e tentativas de explodir os caixas eletrônicos, segundo dados do Sindicato dos Bancários.

Nas duas tentativas de assalto ao BB, no domingo, os assaltantes faziam um ataque a porta de vidro, que estava trancada.

Em seguida, os bandidos tentaram desligar o sistema de alarme, mas não conseguiram explodir os caixas eletrônicos, pois os sensores a presença da polícia, segundo uma fonte policial que se quer permanecer anônima. A PM foi acionada e agi-



Agência do Banco do Brasil na cidade de Timon, que foi alvo de assaltantes na madrugada de domingo

rapidamente. A agência foi registrada assim que os bandidos deixaram o local, segundo o Exame Ilustrado.

Alguns segundos informantes da polícia, as imagens de vídeo, do sistema de segurança da agência, mostraram claramente a presença de dois indivíduos dentro do banco, mas não conseguiram identificar a qualidade dos seus rostos.

A equipe da Superintendência

de Inspecção e Controle Financeiro também esteve no domingo, 17, na agência e em um ponto de patrulha militar, mas até o momento não foram localizados os criminosos.

Um crime em Timon era de terror durante a madrugada. Os bandidos explodiram os caixas eletrônicos, assassinaram um mandado de busca, destruíram o sistema de alarme, que também foi exposto, e ainda dispararam vários tiros em direção à polícia. Eles fugiram levando parte dos dinheiro, mas deixando o resto dos caixas eletrônicos destruídos.

A polícia informou que quatro outros bandidos integravam esse bando. Eles chegaram em um veículo com placas PFC-5167, em uma motocicleta, por volta das 20h. Uma parte do bando foi vista a seguir e a outra foi vista do lado de fora, com as armas em punho.

NÚMERO

13
ocorrências entre assaltos, explosões e tentativa de explodir os caixas eletrônicos, segundo dados do Sindicato dos Bancários

ENTENDA

Bancos atacados este ano no MA

- Assaltos: Bradesco em Paraíba (14/2/2017); Bradesco em Vargem Grande (15/3/2017) e Bradesco em Brejo (6/9/2017).
- Explosão: Banco do Brasil em Tuntum (28/1/2017); Banco do Brasil em Bom Jardim (1º/2/2017); Bradesco em Belágua (4/5/2017); Bradesco em Itinga (8/5/2017) e Caixa Econômica em Timon (28/8/2017).
- Tentativa de assalto e arrombamento: Banco do Brasil em Santa Luzia (7/3/2017); Bradesco em Santa Luzia (7/3/2017); Bradesco em Imperatriz (17/4/2017); Bradesco em Parnarama (19/8/2017) e Banco do Brasil em Timon (17/9/17).
- Furto: Sindicato dos Bancários do Maranhão.

Os criminosos assaltaram e destruíram os caixas eletrônicos, mas não conseguiram explodir os dois dispositivos. Os mandados de busca foram destruídos e dispararam vários tiros em direção à polícia e a outros indivíduos que estavam no estabelecimento.

Disputa por mulher acaba com 2 mortos

Crimes ocorreram em Caxias e em Raposa, envolvendo ex-companheiros informados com a separação; um deles matou o outro e foi assassinado

Dois assassinatos ocorreram em menos de 12 horas no interior do estado: um em Caxias e outro em Raposa. Um dos crimes ocorreu na cidade de Caxias na madrugada de ontem e teve como vítima Luciano Alves de Nascimento, de 25 anos.

Segundo informações da polícia, a vítima estava em sua casa, no Conjunto Santa Teresinha, onde morava com uma mulher, nome não revelado, que estava no momento separado, no bairro desse estabelecimento comercial, em um momento de discussão com a mulher, identificado como Fábio Soares de Sousa.

Ele chegou em um veículo, de uma placa de São José do Piauí, com um homem que estava no momento separado, no bairro desse estabelecimento comercial, em um momento de discussão com a mulher, identificado como Fábio Soares de Sousa.

o outro e o irmão de Luciano Alves, que morreu no local. O crime ocorreu na cidade de Raposa.

A polícia foi acionada e ainda no momento de ocorrência de crime, houve a tentativa de segurar os suspeitos do assassinato. O corpo da vítima foi removido para o Instituto Médico Legal (IML) de Timon onde realizaram os exames de corpo de delito e o relatório foi encaminhado para o Ministério Público de Caxias. A vítima foi encaminhada para o Instituto Médico Legal (IML) de São Luís, onde foi realizada a autópsia. O crime foi investigado pela Superintendência Estadual de Homicídios e Policiaria Pesadas (SHP), que até o momento não havia identificado o criminoso.

em um carro na cidade.

Caxias Antonio foi tido por suspeito em um crime semelhante a este, ocorrido em Timon, segundo a polícia. Ele foi identificado como Fábio Soares de Sousa, de 25 anos, que estava no momento separado, no bairro desse estabelecimento comercial, em um momento de discussão com a mulher, identificado como Fábio Soares de Sousa.

TJ mantém na prisão sonegadores de tributos no estado

O Tribunal de Justiça negou, ontem, o pedido de habeas corpus apresentado pelo Paulo Henrique Costa Carreira, Meleal Paratimilândia Silva e Fábio Soares Miguel da Silva, que foram presos por uma organização criminosa acusada de cobrar empresas estaduais da Pará, Paraíba e Bahia e da empresa Agropesquisa M. C. O TJMS tem a finalidade de sanar tributos em grandes operações comerciais. O pedido foi rejeitado por R\$ 32 milhões.

O desentendedor, incluindo Meleal e Fábio, não foi liberado por ser considerado culpado pelo crime de sonegação tributária. O juiz decidiu que existem fundamentos para a prisão dos membros dessa organização. Para o magistrado, há elementos mínimos de medição da prisão preventiva, considerando os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal (CPP).



Gláucio Alencar Pontes de Carvalho e réu em audiência de instrução

Gláucio Alencar vai depor em audiência na Justiça Federal

Acusado pela morte de Décio Sá e três companheiros são acusado por quebra de sigilo financeiro

Um dos envolvidos como mandantes da morte do jornalista e blogueiro Décio Sá, identificado como Gláucio Alencar Pontes de Carvalho, vai participar como réu de uma audiência que instaurou para a polícia federal, na Avenida, pelo crime de quebra de sigilo financeiro. Décio Sá foi morto a tiros em um bar, localizado na Avenida J. Dornelles, no dia 23 de abril de 2012.

A audiência na Justiça Federal

Julgamento do Caso Décio Sá ainda sem data

O Poder Judiciário, até o momento, não definiu a audiência de instrução e julgamento do caso Décio Sá, que ocorreu em 27 de maio e 5 de junho, e Marco Antonio Silva de Oliveira, em um momento de fuga em um veículo a 16 anos de prisão.

A polícia, investigando a morte de Décio Sá em um Operatório Detonante, revelou a existência de crime de quebra de sigilo financeiro de Gláucio Alencar Pontes de Carvalho e Fábio Soares de Sousa.

Polícia incinera uma roça de maconha

985 pés encontrados em Turiciu, após denúncia de um parente dos traficantes, que havia sido apreendido



Dois dos três plantadores de maconha presos na cidade de Turiciu

Maio uma plantação de três mil pés de maconha, no município de Turiciu, após denúncia de um parente dos traficantes, que havia sido apreendido.

Essa foi a segunda plantação de maconha apreendida no município de Turiciu, após denúncia de um parente dos traficantes, que havia sido apreendido.

Os militares foram até ao local e encontraram a plantação de maconha e destruíram os três mil pés. Uma parte da roça foi queimada e alguns pés foram para o Delegado

NÚMERO

1.042
pés de maconha foram apreendidos pela polícia em menos de uma semana, nos povoados Jucará, em Turiciu, e Sicura, em Anapurus; 11 pessoas foram presas

Prejuízo de R\$ 23,2 milhões ao Maranhão

Raposa Meleal também negou o pedido de habeas corpus apresentado pelos integrantes desse grupo criminoso de Caxias de Aguiar, de Caxias, onde se encontra a capital municipal, que o rompimento da Vaza Fritada da Fundação de São Luis.

O bando também utilizou empresas registradas nos estados do Piauí, Paraíba e Bahia e da empresa Agropesquisa M. C. O TJMS para sanar tributos em grandes operações comerciais, em grandes operações comerciais, em grandes operações comerciais.

Mais plantação

Essa foi a segunda plantação de maconha apreendida no município de Turiciu, após denúncia de um parente dos traficantes, que havia sido apreendido.

Os militares foram até ao local e encontraram a plantação de maconha e destruíram os três mil pés. Uma parte da roça foi queimada e alguns pés foram para o Delegado

Prejuízo de R\$ 23,2 milhões ao Maranhão

Raposa Meleal também negou o pedido de habeas corpus apresentado pelos integrantes desse grupo criminoso de Caxias de Aguiar, de Caxias, onde se encontra a capital municipal, que o rompimento da Vaza Fritada da Fundação de São Luis.

O bando também utilizou empresas registradas nos estados do Piauí, Paraíba e Bahia e da empresa Agropesquisa M. C. O TJMS para sanar tributos em grandes operações comerciais, em grandes operações comerciais.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 19 / 09 / 2017	Página 04	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Justiça condena a 20 anos homem que estuprou sobrinha

Menina de apenas 12 anos era submetida a vexames sexuais pelo tio, que esperava os demais ocupantes da casa dormir para praticar o crime

DOUGLAS CUNHA

Em julgamento realizado no Fórum de Itaoca, o juiz Eduardo Gêzo Braga condenou a 20 anos de reclusão Ademilton Pereira Feitosa, acusado de, em 2011, haver estuprado por mais de

20 vezes sua sobrinha de apenas 12 anos.

O crime aconteceu na casa da Av6 da Vila, onde Ademilton morava sozinho. Ele esperava que os demais moradores da casa dormissem e ia para o quarto da menina, onde a submetia a vexames sexuais, sob ameaça de morte. A vítima con-

toou em juízo, com o apoio de familiares, toda a situação delituosa de seus atos, que também consistiu a prática dos estupros, que se estenderam por mais de 20 vezes. Ademilton será encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas para cumprir sua pena, inicialmente em regime fechado.



vezes a menina foi violentada pelo tio estuprador

DE VOLTA PRA CASA.....



Lucas da Conceição Ferreira vai voltar para o presídio do estado

Fugitivo de Pedrinhas preso durante assalto

Populares dominaram e espancaram um homem no momento em que ele assaltava uma instituição de crédito popular, no Centro de Pinheiro, na Barcada Maranhense. Tratava-se de Lucas da Conceição Ferreira, fugitivo do presídio do estado.

Lucas foi beneficiado com a liberdade provisória do Dia dos Pais e não retornou ao presídio para dar cumprimento ao cumprimento da pena a que foi condenado pela Justiça. Ele assaltava a agência do Ceap,

na Rua Luiz Domingues, no Centro de Pinheiro, mas sua ação delituosa foi perseguida por populares, que o dominaram e passaram a espancá-lo, não o permitindo a ser levado a intervenção de um sargento do Corpo de Bombeiros Militar, que lhe deu voz de prisão. Uma guarnição da Polícia Militar apresentou um plantão da Polícia Civil para os seus legais. Lucas Ferreira deveria ser transferido nas próximas horas para o presídio do estado. (DC)

AUDÁCIA.....

Bandidos fazem "arrastão" em ônibus

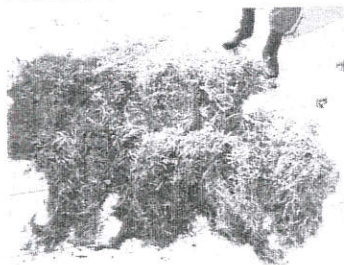
Seis jovens delinquentes fizeram um verdadeiro arrastão em um ônibus da linha Calhau-Librança, tomado dos passageiros sem permissão dos condutores. Uma das vítimas os denunciou para uma guarnição da P10R,

informando que os suspeitos estavam no Terminal de Transporte Urbano da Praia Grande. Desmilitares se dirigiram ao local indicado e ali conseguiram deter a todos, que foram identificados como Renato

Saraiva Pinho, Rodrigo Serão de Sousa, Gabriel Pereira, Josimar Nogueira da Cruz Junior, Lucas Marques Santos e Cláudio Franklin Campos de Brito.

Em poder dos suspeitos, os militares apreenderam objetos que tinham sido roubados dos passageiros do ônibus. Todos foram levados para o Plantão da Polícia Civil, na Rua do Norte, para as medidas legais. (DC)

MACONHA.....



A plantação de maconha foi destruída pela Polícia Militar

SEM NOÇÃO.....

Mulher toca fogo na casa de desafeto

Um caso de lesão corporal foi registrado no bairro do João Paulo. A Polícia Militar foi acionada através do 99. Em seguida, e quando chegou a Rua da Sábina, nº 176, constataram não somente a agressão, eles também observaram que a vítima teve a casa queimada.

de Operações Policiais (Cops), para atender à ocorrência, momento que foi dada voz de prisão a Maria do Socorro Ferreira de Sousa, de 32 anos. Ela foi encaminhada ao Plantão da Delegacia Especial do Anjo da Guarda sem lesões corporais.

Mariado Socorro tem incendiado a casa de Domingos Patrícia Alves da Silva, de 66 anos

PM prende traficantes e destrói lavoura

Em Turiaçu, um homem procurou a polícia para denunciar que seu irmão o havia agredido. A violência se deu em um desentendimento por causa de uma plantação de propriedade do agressor com cultivos pacíficos.

Na apuração da agressão, a polícia ficou sabendo que a lavoura era para produzir maconha. Um grupamento do

16º Batalhão da Polícia Militar prendeu, no povoado Juazeiro, os envolvidos Iurelson da Conceição Costa, 23 anos, Afídio Pereira Junior, 33, e Josévaldo Pereira Silva, 24 anos, e destruiu 985 pés de maconha, já prontos para serem colhidos.

Todos os suspeitos foram levados para a Delegacia do município, presos e autuados em flagrante na forma da lei. (DC)



Maria do Socorro Ferreira de Sousa, a incendiária



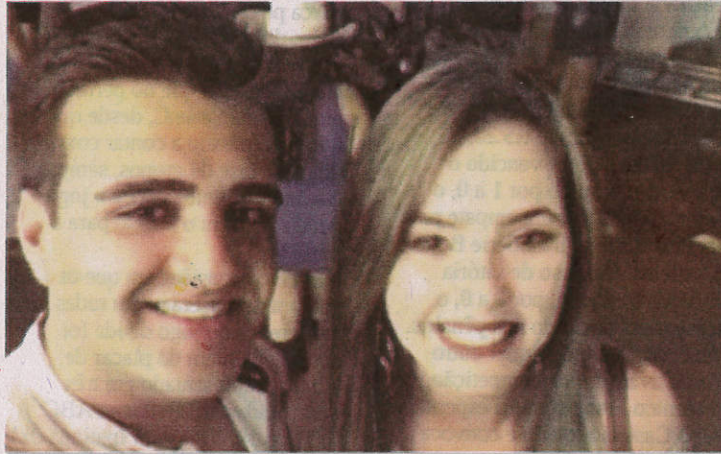
MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 19/09/2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Jovem maranhense e namorado são assassinados em Goiânia

Uma maranhense de Estreito, identificada como Camila Edna Silveira, de 28 anos, e seu namorado Mário Silva de Moura, 26, foram assassinados a tiros, na noite de domingo (17), no Residencial Primavera, em Goiânia. Vizinhos ouviram Camila pedir para que criminoso, que chegou e fugiu do local num carro branco, não atrasse contra eles, por volta das 23h de domingo. Testemunhas disseram à polícia que um homem os chamou no portão, entrou e efetuou os disparos. Mário, que nasceu em Palmeiras do Tocantins (TO), foi morto ainda dentro de casa. Camila levou pelo menos dois tiros, um no abdômen e outro na face, já na calçada, quando



Mário e Camila foram mortos por um homem que chegou e chamou o casal no portão

tentava escapar. O casal namorava há 10 anos.

Eles estavam noivos e pretendiam se casar no fim do ano. Moravam

no local há cerca de dois meses, na casa que compraram. Camila trabalhava como contadora e Mário numa farmácia. O delegado Dannilo Proto, da Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios (DIH), esteve no local do duplo homicídio para colher as primeiras informações. Ele disse que o casal não tinha antecedentes criminais. Até o momento, foram traçadas duas linhas de investigação. "Um homem, supostamente conhecido do casal, entrou na casa. Eles conversaram por alguns minutos e houve os disparos. Inicialmente, trabalhamos com as hipóteses de crime passional ou acerto de contas", informou o delegado.

Turiaçu Quase mil pés de maconha são destruídos e três homens presos

NELSON MELO

Polícia Militar (BPM) destruíram, durante este fim de semana, quase mil pés de maconha, que estavam sendo semeados no povoado Juçaral, na cidade de Turiaçu, na Baixada Maranhense. No decorrer da operação, as equipes prenderam três criminosos no local, sendo identificados como Josivaldo Pereira Salgado, de 24 anos; Joelson da Conceição Costa, 23, e Alfredo Pereira Júnior, 33. O comandante do 10º BPM,

tenente-coronel Diniz Vasconcelos, disse que a localização da roça de maconha ocorreu depois de um desentendimento familiar no referido povoado, pois um homem de nome Júnior denunciou seu irmão "Vavá", juntamente com seu pai e outro conhecido como "Muquirá", alegando que os três o agrediram. Já com as equipes na área da discussão, as plantações foram descobertas. No total, os policiais militares apreenderam 985 pés de maconha, como o tenente-coronel observou.



Ação da Polícia Militar localizou a roça de maconha e ainda prendeu responsáveis pelo plantio



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	19 / 09 / 2017	Página	12

Patrulha Maria da Penha prende homem por descumprir medida protetiva

Uma guarnição da Patrulha Maria da Penha (PMP) prendeu, durante diligências na Estrada da Vitória, na Vila Esperança, área rural de São Luís, Joberthe Arlen Braga Carvalho, de 22 anos. Os policiais disseram que ele descumpriu medida protetiva e invadiu o espaço da ex-companheira e ainda cortou a energia elétrica da casa da vítima, ameaçando-a por diversas vezes. Major Edhyelem, comandante da PMP, comentou que a vítima ligou para o telefone da Patrulha, informando sobre o descumprimento da medida protetiva de forma persistente por Joberthe, que estava morando em um quarto construído ao lado da casa da mulher que o denunciou. Ele se aproximou por menos de 200 metros, ou seja, desobedecendo a decisão judicial. Ainda ontem, o suspeito foi levado à Delegacia Especial da Mulher (DEM), “sem lesões corporais”. (NM)



Joberthe Arlen foi preso pela Patrulha Maria da Penha na Vila Esperança

Seis criminosos são conduzidos ao plantão após assalto a ônibus

Renato Saraiva Pinto, 18 anos; Rodrigo Seroa de Sousa, 21; Gabriel Pereira, 18; Josimar Nogueira da Cruz Júnior, 23; Lucas Marques Santos, 20, e Cláudio Franklin Campos de Brito, 32, foram capturados no Terminal de Integração da Praia Grande, em São Luís, na noite de domingo (17). Eles eram procurados após assalto a ônibus ocorrido minutos antes na região. Por volta das 21h50, o Batalhão de Polícia Militar de Turismo (BPTur), conforme o seu comandante, tenente-coronel Roberto Filho, comunicou, foi abordado por uma vítima dos suspeitos, que fizeram um “arrastão” no interior do ônibus da linha Calhau/Litorânea, e, com base nessas informações, procurou os envolvidos. Estes foram localizados dentro do terminal, com alguns objetos levados durante o roubo. Desse modo, o grupo foi apresentado no Plantão Central das Cajazeiras. (NELSON MELO)

Dois assassinatos são registrados no fim de semana na Grande São Luís

Segundo verificado no portal da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP/MA), ocorreram apenas dois homicídios dolosos na região metropolitana de São Luís durante este fim de semana, no sábado (16) e domingo (17). Na Cidade Olímpica, por exemplo, um adolescente de 15 anos não resistiu após ser baleado por desconhecidos.

Este adolescente, Saul Santos Pinheiro, foi baleado por volta das 21h15 de sábado, sendo que ele morreu no Hospital Municipal Doutor Clementino Moura (Socorrão2). No domingo, mataram Carlos Antônio Santos Silva, 44, perto das 20h, com golpes de faca, na Vila Maresia, em Raposa. (NM)

PRF apreende 3kg de crack em lixeira de banheiro de ônibus

Uma equipe de policiais rodoviários federais apreendeu, na noite de domingo (17), por volta das 18h40, na cidade de Porto Franco (sudoeste do Maranhão), aproximadamente 3kg de crack, no interior de um ônibus que fazia a linha Peixoto Azevedo (Mato Grosso) para Imperatriz (Maranhão). De acordo com informações repassadas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), a droga estava na lixeira do banheiro.

Segundo os inspetores contaram, a abordagem aconteceu no km 156, em frente à Unidade Operacional da PRF. Eles disseram que o material ilícito estava triturado na lixeira, mas a pessoa que portava o entorpecente não foi localizada. De qualquer forma, “todos os ocupantes foram qualificados para que as investigações possam identificar quem estava traficando”. (NM)



Seis suspeitos flagrados pela PM após arrastão em ônibus do transporte coletivo



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	19 / 09 / 2017	Página	07

DUPLO HOMICÍDIO EM GOIÂNIA

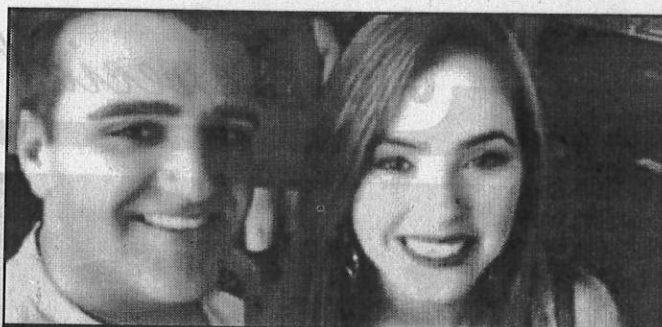
Maranhense e esposo são mortos a tiros em casa após voltar de igreja

O casal Camila Edna Silveira de Oliveira, de 28 anos, e Mário Silva de Moura, de 26, foi morto a tiros na noite de domingo (17) no Residencial Primavera, em Goiânia (GO). Segundo a Polícia Civil, os dois foram assassinados logo depois de voltar da igreja.

O caso ocorreu por volta das 23h. Testemunhas disseram à polícia que um homem os chamou no portão, entrou e cometeu o crime. Mário foi baleado dentro de casa. Já Camila tentou escapar, mas foi atingida quando estava na calçada.

O delegado Dannilo Proto, da Delegacia Estadual de Investigação de Homicídios (DIH), esteve no local para colher as primeiras informações. Ele disse que o casal não tinha antecedentes criminais. Até o fechamento dessa matéria, foram traçadas duas linhas de investigação.

“Um homem, supostamente conhecido do casal, entrou na casa. Eles conver-



A maranhense Camila e o esposo Mário são mortos a tiros em Goiânia

saram por alguns minutos e houve os disparos. Inicialmente, trabalhamos com as hipóteses de crime passionai ou acerto de contas”, informou o delegado.

Testemunhas disseram que o autor dos disparos fugiu com uma mulher em um carro branco que estava estacionado na porta da residência das vítimas. “Saiu de marcha ré em um carro, um [Volkswagen] Jetta branco. É um casal”, disse uma vizinha que preferiu não se identificar.

Ela contou ainda que o casal morava no local há cer-

ca de dois meses: “Ela trabalhava de contadora. Ele, em uma farmácia. É menino de caminhada de igreja. Eles acabaram de comprar essa casa, reformaram ela. Estavam muito felizes”.

Outra vizinha, também de 43 anos, relata que foi a primeira a se aproximar do casal. Ao ver que Mário já estava morto, ela pegou na mão de Camila e orou. “Pedia a Deus que descesse vida a ela, pedi que ela sobrevivesse. Ela estava suspirando ainda”, contou.

A moradora conta que possui conhecimentos de en-

fermagem e, por isso, virou o corpo de Camila de lado para que não engasgasse. Em seguida, vizinhos chamaram as equipes de socorro, mas a jovem acabou morrendo. “Primeiro, vi o tiro no rosto. Depois que passei a mão no corpo, vi o tiro no abdômen, e quase não estava sangrando. Ali, notei que teve uma hemorragia interna”, relatou.

Após o crime, vizinhos se dizem assustados. “Nunca tinha visto nada assim. Todo mundo é amigo aqui na rua”, afirmou outra vizinha.

Parentes informaram que Camila era natural de Estreito (MA). Já Mário nasceu em Palmeiras do Tocantins. Ainda conforme a família, o casal namorava há 10 anos e morava junto. Eles estavam noivos e pretendiam se casar no fim do ano. Os corpos foram levados ao Instituto Médico Legal (IML) de Goiânia. Eles passaram por perícia, e entregues aos familiares para ser velados e sepultados.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input checked="" type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	19 / 09 / 2017	Página	07
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Escriturária da Polícia Civil é assassinada pelo próprio filho

A escriturária Aparecida Helena de Oliveira, 65, foi morta na madrugada de domingo (17) pelo filho, o desempregado Anderson Oliveira Arruda, 25. Aparecida era funcionária do Decade (Departamento de Capturas e Delegacias Especializadas) da Polícia Civil de São Paulo.

O crime ocorreu na casa onde os dois moravam, na Rua Conselheiro Nébias, em Campos Elíseos (região central de São Paulo) e foi registrado como homicídio qualificado como feminicídio –violência específica contra a

mulher.

A escriturária foi encontrada pela Polícia Militar caída no quarto, com lesões profundas na cabeça. Socorrida até o pronto-socorro da Santa Casa de São Paulo, na Vila Buarque, morreu no local. A agressão teria ocorrido, segundo o boletim ocorrência lavrado no 2º DP (Bom Retiro), após um desentendimento. À PM, o agressor disse ter dado um soco na própria mãe.

Anderson estava na casa quando recebeu a PM. A porta estava trancada, e o indiciado estava “bastante nervoso e

alterado e tentou investir com violência contra os policiais”, de acordo com o relato. Os PMs que atenderam à ocorrência disseram que ter feito uso de força moderada e de algemas para imobilizá-lo. O desempregado não indicou se havia motivos para o ataque.

Durante o interrogatório, na delegacia, Anderson permaneceu em silêncio. Em sua ficha policial, havia registro de violência doméstica contra a mesma vítima, registrada em junho de 2014. Preso em flagrante, Anderson espera pela audiência de custódia.

Juiz aposentado tenta assassinar o próprio irmão em Imperatriz

O juiz aposentado e ex-delegado Erivelton Cabral Silva tentou matar o irmão, identificado como Elton Cabral Silva, dono de uma clínica oftalmológica em Balsas, na tarde de domingo (17), em Imperatriz.

Na confusão um tiro acertou uma mulher que acompanhava Elton, identificada como Kesia Carmo, que foi

atingida na perna. Erivelton então correu atrás do irmão e o alvejou com um tiro de raspão no abdômen. Ambos foram levados para o hospital e não correm risco. Erivelton foi detido e teria confessado que foi até Imperatriz apenas para matar o irmão. Informações apontam que os irmãos brigam desde 2015 por conta

de uma herança.

Essa é segunda vez que Erivelton tenta matar o irmão só neste ano. Em março ele chegou a ser detido em Balsas, onde Elton trabalha, pela Força Tática da Polícia Militar. Com o juiz aposentado foram encontrados uma pistola 380, três carregadores de cartucho e um revólver calibre 38.

Mecânico é condenado a 20 anos de prisão por estuprar a própria sobrinha

O mecânico Adenilton Pereira foi condenado a 20 anos de prisão, em regime inicialmente fechado, por ter estuproado sua própria sobrinha, em Tutóia, distante 322km de São Luís, entre setembro e outubro de 2014, quando a vítima tinha apenas 12 anos. Os crimes aconteceram na casa da avó da criança, local que o condenado também morava.

O juiz Eduardo Girão Braga foi quem presidiu o julga-

mento e negou a possibilidade de Adenilton recorrer em liberdade. Ele vai cumprir a pena no Complexo Penitenciário de Chapadinha.

Foram pelo menos 12 estuproos contra a criança. Adenilton confirmou toda a ação. Ele esperava todos na residência dormirem para que ele pudesse ir ao quarto da vítima e praticar o crime.

Além do crime de estupro, Adenilton ainda ameaçava a

criança para que ela não constasse nada a ninguém.

“Nego ao acusado o direito de recorrer em liberdade uma vez que entendo persistentes os motivos que fundamentaram a prisão preventiva decretada por este Juízo, bem como o fato de que, com a fixação da pena, há a possibilidade de risco à aplicação da lei penal em razão de eventual risco de fuga do condenado”, concluiu o juiz Eduardo Girão Braga.

Motoqueiro morre em acidente na BR 222 em Açailândia

Um motociclista identificado como José Aparecido da Silva, de 42 anos, morreu no km 663 da BR 222, no Pequiá, distante aproximadamente sete quilômetros da Unidade Operacional da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Açailândia. Segundo informações dos policiais da PRF, José Aparecido que era natural da cidade de Arapiraca, em Alagoas, havia acabado de sair do “Banho do 40”, local muito frequentado nos finais de semana pelos moradores daquela localidade, quando colidiu sua motocicleta de cor prata e placa HPV-3494 em uma defesa metálica (dispositivo de proteção de veículos desgovernados) e teve morte instantânea. Agentes da PRF que atenderam a ocorrência presumem que além de falta de atenção à condução, ele pode ter excedido a velocidade. Também não é descartada a possibilidade do motociclista ter ingerido algum tipo de bebida alcoólica.

PROCLAMAS

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
Edital de Proclamas nº 227/2017
Oficial de Registro Civil da 3ª zona, Margarida Jesus Pinheiro, faz saber a quem interessar que: Thallyson Jonas Santos Serra e Denilde Gama Trindade. Ele, brasileiro, solteiro, repositor, filho de Claudia dos Santos Serrão. Ela, brasileira, solteira, atendente filha de Domingos Bertoldo Trindade e Maria do Socorro Gama dos Santos. Ambos requerem habilitação para casamento, quem tiver conhecimento de algum impedimento e/ou causa suspensiva (arts. 1523 e 1526) do Código Civil, poderá apresentá-lo por escrito perante este Cartório.

São Luis, (MA), 15 de setembro de 2017

Idalia Alves do Nascimento Abraão
Idalia Alves do Nascimento Abraão
Registradora Oficial



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	19 / 09 / 2017	Página	07
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

NOVAS TÉCNICAS

Guardas municipais são capacitados pela Acadepol

Na manhã de ontem (18), a Academia de Polícia Civil – ACADEPOL, realizou a solenidade de abertura da 6ª turma do curso de capacitação de Guardas Municipais de São José de Ribamar. A sede localizada no bairro do Tibiri recebeu profissionais também da 2ª turma dos municípios de Arari, Brejo e

Santa Luzia do Paruá.

O curso visa objetivar a habilitação desses guardas ao conhecimento teórico e prático, mediante ao que está descrito na Matriz Curricular Nacional. Com essa base o foco é a integração entre as forças de segurança estaduais, com a finalidade de melhor servir a sociedade.

O conhecimento de novas técnicas e procedimentos operacionais são parte das aulas que serão ministradas, além de aprimorar o atendimento interno e externo, destacando o papel do servidor como agente transformador das relações entre a população e as instituições públicas.

Para a diretoria da ACADEPOL, o Curso representa um marco importante, pois abre as portas da Academia de Polícia Civil para capacitar servidores municipais que lutam por uma causa comum: prestar serviço de segurança pública de forma integrada e com mais qualidade à nossa população.